

**Brasília-DF, 16 de julho de 2024**

CNTI e Nova Central dão continuidade aos trabalhos no Fórum Interconselhos



Na última sexta-feira (12), os trabalhos em grupos no Fórum Interconselhos continuaram com a presença da conselheira Sonia Zerino, secretária para Assuntos da Mulher da NCST e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

Durante o evento aconteceram a apresentação das recomendações trabalhadas pelos grupos, em plenária, pelos relatores e relatoras da sociedade civil. Sônia foi a relatora do Grupo C, e falou sobre os seguintes temas: Colegiados/ PPA/Plano Clima/G20.



Posteriormente, os participantes foram divididos em 06 grupos para debate e levantamento de recomendações. Sendo um momento privilegiado de participação e produção coletiva para o levantamento das propostas.

Após as apresentações dos trabalhos dos grupos, a

primeira-dama do Brasil, Janja Lula Silva, fez apresentação do Programa Comunica BR. Mais do que um site, a plataforma une as informações dos investimentos do governo federal para todos os municípios do país.

Segundo os realizadores, o Comunica BR é uma ótima ferramenta de fiscalização. Agora todos poderão conferir e cobrar dos governantes sobre o valor destinado para cada área e aplicação. Os movimentos sociais e a sociedade civil terão um papel muito importante no monitoramento desses investimentos e compartilhamento de informações corretas sobre o que o governo federal está fazendo.



Para acessar os dados do seu município clique no link abaixo

<https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr>

Fonte: NCST

Nova Central convoca regiões para tratar da Agenda Legislativa nos estados



Nesta semana, nos dias 16 e 18, as centrais sindicais convocam suas bases estaduais a participarem de cinco reuniões virtuais, uma para cada região do país (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte), para encaminhar a implementação dos grupos estaduais que trataram da Agenda Legislativa nos estados.



INFORMATIVO SINDICAL

CNTI

www.cnti.org.br

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET

Brasília-DF, 16 de julho de 2024

O presidente da Nova Central, Moacyr Auersvald, convida os dirigentes sindicais da Nova Central nos estados para que participem, divulguem e tenham disposição para fazer esse trabalho.

Contamos com a colaboração e participação de todos.

As inscrições serão feitas por região. Os links serão enviados pelos grupos de WhatsApp.

Após a inscrição, você receberá um e-mail de confirmação contendo informações sobre como entrar na reunião.

Abaixo os cards por região

REUNIÃO COM AS CENTRAIS SINDICAIS

AGENDA LEGISLATIVA NOS ESTADOS

REGIÃO **SUDESTE** VIA **ZOOM**

16/07 14:30 ÀS 16:30

REUNIÃO COM AS CENTRAIS SINDICAIS

AGENDA LEGISLATIVA NOS ESTADOS

REGIÃO **SUDESTE** VIA **ZOOM**

16/07 14:30 ÀS 16:30

REUNIÃO COM AS CENTRAIS SINDICAIS

AGENDA LEGISLATIVA NOS ESTADOS

REGIÃO **NORDESTE** VIA **ZOOM**

18/07 09H ÀS 11H

REUNIÃO COM AS CENTRAIS SINDICAIS

AGENDA LEGISLATIVA NOS ESTADOS

CENTRO-OESTE VIA **ZOOM**

16/07 11H ÀS 13H

REUNIÃO COM AS CENTRAIS SINDICAIS

AGENDA LEGISLATIVA NOS ESTADOS

REGIÃO **NORTE** VIA **ZOOM**

18/07 11H ÀS 13H

Fonte: NCST

Brasília-DF, 16 de julho de 2024

Consultor vê País normalizado e Lula mais forte



O ambiente nacional está mais calmo. A economia vai bem. As relações entre Executivo e Legislativo avançaram. E as condições para o diálogo e reformas voltaram ao padrão da normalidade.

Esse quadro é descrito por Antônio Augusto de Queiroz. Jornalista, escritor, ex-diretor do Diap e consultor político, Toninho, há décadas, respira Brasília 24 horas por dia, transita no Congresso e dialoga com praticamente todas as forças políticas.

Na quinta (11), ele conversou com a Agência Sindical. Principais trechos:

Conjuntura – “Os indicadores de crescimento do PIB, renda, melhoria na arrecadação, além da queda na inflação e juros, em algum momento iriam se refletir na avaliação do Presidente da República, como mostram recentes pesquisas”.

Tropeços – “O governo cometeu tropeços e a mídia carregou nas tintas, passando a impressão de que o comando político havia perdido o rumo. Houve também todo aquele ruído em torno da questão do Banco Central. Mas agora a normalidade está restabelecida”.

Economia – “O crescimento no primeiro ano do governo Lula dependeu muito do agronegócio. Esse setor gera superávit, mas gera pouca arrecadação e não distribui renda. Porém, outros segmentos ganharam força e estão mais atuantes”.

Oposição – “Crescimento do PIB, aumento do emprego, melhora na renda e controle da inflação deixaram os opositoristas sem discurso. O escândalo bolsonarista dos relógios e joias coloca o segmento na defensiva. Há um cansaço quanto àquele falatório”.

Eleições – “A persistir esse quadro, o governo e seus aliados ganham força eleitoral – já a oposição mais agressiva recua. Uma vitória aqui ou uma derrota ali não mostrará o quadro inteiro pós-eleição. Será preciso fazer o balanço real”.

Lira – “O presidente da Câmara já não tem a mesma força, pois precisa conduzir uma sucessão negociada. Tende a uma posição mais equilibrada. Em seu Estado

de origem, Lira ficou isolado e até dependente do governo”.

Progressistas – “A unidade sempre produz resultados, que podem gerar avanços. Cabe também potencializar as realizações do governo, dialogar com setores da oposição. A eleição na França é um exemplo”.

Mercado – “Esse ente é movido a expectativas. Mas, com as reformas e os ânimos acomodados, a tendência é de estabilidade, gerando um ambiente propício aos negócios. Tem muita multinacional querendo investir mais no Brasil”.

Sindicalismo – “Deve ser ativo no empenho de regulamentar por lei o custeio. Tem aí uma janela aberta com a ausência temporária do senador Rogério Marinho. A garantia do custeio dará mais condições de mobilização ao sindicalismo”.

Mais – Sites do Diap, Congresso em Foco, Secom e Diap.

Fonte: Agência Sindical

Taxa Assistencial: recomendações do MPT aos Contabilistas



O Ministério Público do Trabalho (MPT) – Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, em vista dos indícios colhidos, e com o intuito de coibir a prática da lesão, recomenda ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC-SP) e-mail nucleo@crcsp.org.br, a adoção das seguintes providências:

1. DIVULGAR a presente Recomendação aos(as) contabilistas registrados(as) nesse Conselho Regional de Contabilidade, a fim de que referidos(as) profissionais tomem conhecimento dos atos antissindiciais noticiados ao Ministério Público do Trabalho e fiquem cientes de que condutas semelhantes serão objeto de investigação ministerial e consequente Ação Civil Pública movida contra o(a) contabilista;

ORIENTAÇÃO Nº 04 DA CONALIS INCENTIVO À DESFILIAÇÃO.

Configura ato antissindical o incentivo patronal ao exercício do direito de oposição à contribuição assistencial/negocial. Documento assinado eletronicamente por Elcimar Rodrigues Reis Bitencourt em 01/07/2024, às 17h10min19s (horário de Brasília).

Brasília-DF, 16 de julho de 2024

ORIENTAÇÃO Nº 13 DA CONALIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS. OPOSIÇÃO. ATO OU CONDUTA ANTISSINDICAL DO EMPREGADOR OU TERCEIRO. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

I- O ato ou fato de o empregador ou de terceiro de coagir, estimular, auxiliar e/ou induzir o trabalhador a se opor ou resistir ao desconto de contribuições sindicais legais, normativas ou negociadas, ou de qualquer outra espécie, constitui, em tese, ato ou conduta antissindical, podendo implicar atuação do Ministério Público do Trabalho.

II- O ato ou fato de o empregador exigir, impor e/ou condicionar a forma, tempo e/ou modo do exercício da oposição, a exemplo de apresentação perante o departamento de pessoal da empresa ou de modo virtual, também constitui, em tese, ato ou conduta antissindical, pois se trata de decisão pertinente à autonomia privada coletiva.

2. RECOMENDAR aos(às) contabilistas registrados(as) nesse Conselho Regional de Contabilidade que se abstenham de coagir, estimular, auxiliar e/ou induzir o(a) trabalhador(a) a se opor ou resistir ao desconto de contribuições sindicais legais, normativas ou negociadas, ou de qualquer outra espécie, sob pena de atuação do Ministério Público do Trabalho em face do(a) contabilista.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Senado insiste em votar PEC do fim da reeleição ainda em 2024



Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Apesar do texto ainda não ter sido amplamente discutido, o Senado deve votar ainda em 2024 a PEC do fim da reeleição. Em entrevista ao Congresso em Foco, o relator da proposta, senador Marcelo Castro (MDB-PI), diz que a ideia é realizar um "grande debate nacional" e votar o tema, provavelmente depois das eleições de outubro.

A Proposta de Emenda à Constituição proíbe que presidente, governador e prefeito possam concorrer a um segundo mandato consecutivo. O texto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e só depois da análise no colegiado seguirá para o plenário.

"Tenho convicção que foi um erro grave que foi cometido pelo Congresso Nacional quando introduziu no instituto da reeleição do Brasil, porque nós nunca tivemos isso [antes de 1997]", afirmou Castro, relator da PEC.

Para o senador, a reeleição foi introduzida no Brasil da forma errada — sem que houvesse um teste e escalonamento antes. "Podia ter experimentado para presidente da República, depois experimentado para governador. Se desse certo, depois para prefeito", disse Castro.

A Emenda à Constituição que restituiu a reeleição foi aprovada durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). FHC candidatou-se e foi reeleito para um segundo mandato consecutivo logo em seguida. Depois disso, os presidentes Lula (PT) e Dilma Rousseff (PT) também foram eleitos para dois mandatos consecutivos. Jair Bolsonaro (PL) foi o primeiro a tentar a reeleição e fracassar.

"Eu acho que o Fernando Henrique queria a reeleição para ele, mas, para não dizer que queria só para ele, botou todo mundo. E aí foi um erro incrível", defendeu Castro. "O gestor toma posse já pensando na reeleição. E isso atrapalha profundamente a gestão pública porque ele deixa de planejar o seu município a média e longo prazo e só planeja a curto prazo. Ele precisa de respostas imediatas porque tem uma eleição".

Mandatos maiores

O presidente Lula (PT) já disse a senadores que é contra o fim da reeleição. Castro disse ao Congresso em Foco que conversou com o atual chefe do Executivo sobre o tema e que está convicto de que o presidente está "100% errado".

O senador, porém, concorda em um ponto: o mandato de quatro anos pode ser pouco para colocar em prática um projeto de país. Por isso, o projeto que proíbe a reeleição para cargos do Executivo também propõe aumentar os mandatos dos políticos brasileiros. Na maioria dos cargos, o tempo de mandato passa dos quatro anos atuais para cinco anos. Já para senadores, que hoje têm mandato de oito anos, ficarão no cargo por dez.

"Quatro anos é um tempo muito curto, realmente, com todas as normas que nós temos no Brasil, as exigências para fazer mudanças. Licitação com exigências ambientais, por exemplo. Então chegamos em [um mandato de] cinco anos. Eu acho um tempo razoável", disse Castro.

Fonte: Congresso em Foco